

CX 19

PATRÍCIA CONCEIÇÃO NASCIMENTO COUTINHO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA PROPOSTA
ESSENCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIE INICIAS)**

*No
Luci
deitna*

RIO DE JANEIRO

2000

PATRÍCIA CONCEIÇÃO NASCIMENTO COUTINHO

**A EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA PROPOSTA
ESSENCIAL NO ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIE INICIAS)**

UNIVERSIDADE DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
ESCOLA DE EDUCAÇÃO
DEPARTAMENTO DE FUNDAMENTOS DA EDUCAÇÃO
DISCIPLINA MONOGRAFIA

REITOR: PIETRO NOVELLINO

DECANO: PROFESSORA MARIA JOSÉ MESQUITA C. M. WEHLING

DIRETOR: PROFESSORA DAYSE MARTINS HORA "*pro tempore*"

CHEFE DO DEPARTAMENTO: PROFESSORA SUELI BARBOSA THOMAZ

PROFESSOR: ANTÔNIA BARBOSA PÍNCANO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL COMO UMA PROPOSTA ESSENCIAL
NO ENSINO FUNDAMENTAL (SÉRIES INICIAIS)**

PATRÍCIA CONCEIÇÃO NASCIMENTO COUTINHO

Monografia apresentada à Escola de Educação da
Universidade do Rio de Janeiro para obtenção do Grau
de Licenciatura plena em Pedagogia.

Professor Orientador: ANTÔNIA BARBOSA
PÍNCANO

RIO DE JANEIRO

2000

___ COUTINHO, Patrícia Conceição Nascimento

A Educação Ambiental como proposta essencial no ensino fundamental (séries iniciais) / Patrícia Conceição Nascimento Coutinho - Rio de Janeiro, 2000.

___ f.

Monografia apresentada à Escola de Educação como requisito para obtenção do grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.

1. Educação ambiental - ecologia, currículo. I Escola de Educação. II Título
- CDD 370.154
CDU 37.015.3

Dedicatória

Ao único Deus, dedico este trabalho como gratidão.

E in memoriam ao meu amado pai, Fernandes Gomes Coutinho, o qual é inspiração de coragem e de vida para realização dos meus ideais.

Agradecimentos

Agradeço a minha amada mãe Maurisa e aos meus irmãos Sylvio e Jorge Fernando que carinhosamente estiveram presente em minha jornada.

Ao meu noivo, Paulo Roberto, que com muito amor sempre acreditou na realização deste sonho.

A minha querida orientadora Tunicá, que despertou em mim o "encantamento" pelo assunto, pelo seu carinho e dedicação, dando vida e significado a este trabalho.

RESUMO

Este trabalho monográfico tem como tema principal o meio ambiente e sua inclusão no currículo escolar. As diversas formas de interagirmos com a natureza, criando cidadãos consoantes com sua verdadeira natureza: a de viver em harmonia com o mundo em que vivemos.

SUMÁRIO

	Página
INTRODUÇÃO.....	1
1. O QUE VEM A SER EDUCAÇÃO AMBIENTAL?.....	3
1.1. NA HISTÓRIA BRASILEIRA.....	3
1.2. NA HISTÓRIA MUNDIAL.....	4
1.3. AÇÕES PARA FORMAR CIDADÃOS QUE CONVIVAM EM HARMONIA COM O MEIO AMBIENTE.....	6
1.4. O CAMINHO INVERSO.....	9
1.5. A AGENDA 21.....	11
1.6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PCN'S.....	12
2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMO UM AGENTE MANTENEDOR	15
2.1. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS..	19
3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMO UM AGENTE TRANSFORMADOR	22
3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENFOQUES SISTÊMICOS E INTERDISCIPLINARIDADE.....	22
4. O CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL...	29
CONCLUSÃO.....	38
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	41

1. O QUE VEM A SER EDUCAÇÃO AMBIENTAL?

“...nossa tarefa para o futuro imediato deve ser a de continuar a articular essa visão e a de construir um paradigma curricular para as escolas que nos possam ajudar, da melhor forma possível, a recuperar um modo humano autêntico de relação com o mundo natural e a enfrentar de modo direto os desafios ecológicos com os quais nos deparamos atualmente...”
(Hutchison, 2000 p. 164)

O conceito do termo proposto apresenta-se no decorrer da História, de modos diferentes.

Para fundamentar o estudo sobre a Educação Ambiental – como uma proposta fundamental para o processo educativo das séries iniciais - torna-se necessário realizar uma breve viagem na construção conceitual dentro da História, de forma a conduzir um novo olhar durante o percurso, assim como, uma nova perspectiva quanto a condição de mundo - passado e atual - um entendimento maior sobre os fatos e novo posicionamento como cidadão.

1.1. NA HISTÓRIA BRASILEIRA

Ao descompor o Brasil, a partir de 500 anos atrás - momento de viver a magia das descobertas - desvendar “mundos” novos, fragmentar a imensidão das terras, o encantamento pela beleza natural, isso na intenção de tentar conhecer melhor as pequenas partes da totalidade do planeta e com base em trechos da Carta escrita por Pero Vaz de Caminha, dirigida a Dom Manuel compreende-se o encanto dos valores da época e a apropriação do que acreditava-se ser os inesgotáveis bens da Terra, a natureza, como:

*“... Esta Terra, senhor, me parece que da ponta que mais contra o sul vimos até outra ponta que contra o norte vem, de que nós deste porto houvermos vista, será tamanha que haverá bem vinte ou vinte cinco léguas por costa
... De ponta a ponta, é tudo prai-palma, muito chã e muito formosa...”*

... Águas são muitas, infindas. E de tal maneira é graciosa que, querendo-a aproveitar, dar-se á nela tudo, por bens da água que tem..."

Nota-se durante os escritos desta época, que o objetivo, entre outros, era o de desvendar, devastar, usufruir dos bens da Terra.

Essa maneira de agir estendeu-se até o momento que o sentido da palavra extinção, faz-se presente com o perigo do esgotamento dos bens da terra, implicitamente retratando, após tamanhas apropriações sem limites.

Atualmente vivencia-se o mesmo encantamento das descobertas, porém no sentido inverso, pois agora, deseja-se chegar na totalidade, unindo as partes, para desfragmentar, para reconstruir a unidade, período de globalização da economia, das culturas, das comunicações, enfim, momento de *"pensar globalmente e agir localmente"*. (GADOTTI, 2000. p.36).

Ao tentar descrever a visão proposta por Gadotti e comparando-a, notariam-se diversas diferenças entre os valores atribuídos por Caminha. Poderia-se, por exemplo, descrever uma realidade virtual, que antes não existia, como: Internet, telefonia digital, desenhos digitais, bichos de estimacões virtuais, bancos e escritórios virtuais, a era da robótica, dos avanços tecnológicos, enfim elementos que inegavelmente são necessários para contribuir ao progresso, mas também distanciar os seres humanos do convívio social.

1.2. NA HISTÓRIA MUNDIAL

A partir das últimas décadas a questão ambiental tornou-se uma preocupação mundial. A grande maioria das nações do mundo reconhecem a emergência dos problemas ambientais. A destruição da camada de ozônio, acidentes nucleares, alterações climáticas, desertificação, armazenamento e transporte de resíduos perigosos, poluição hídrica, poluição atmosférica, pressão populacional sobre os recursos naturais, perda de biodiversidade são algumas das

questões a serem resolvidas por cada uma das nações do mundo, segundo suas respectivas especificidades.

Entretanto, a complexidade dos problemas ambientais exige mais do que medidas pontuais que busquem resolver problemas a partir de seus efeitos, ignorando ou desconhecendo suas causas.

A questão ambiental deve ser tratada de forma global, considerando que a degradação ambiental é resultante de um processo social, determinado pelo modo como a sociedade apropria-se e utiliza os recursos naturais.

Não é possível pretender resolver os problemas ambientais de forma isolada. É necessário introduzir uma nova abordagem decorrente da compreensão de que a existência de uma certa qualidade ambiental está diretamente condicionada ao processo de desenvolvimento adotado pela nações.

O modo como se dá o crescimento econômico, comprometendo o meio ambiente, seguramente prejudica o próprio crescimento, pois inviabiliza um dos fatores de produção: o capital natural. Natureza, Terra, espaço devem compor o processo de desenvolvimento como elementos de sustentação e conservação dos ecossistemas. A degradação ou destruição de um ecossistema compromete a qualidade de vida da sociedade, uma vez que reduz os fluxos de bens e serviços que a natureza pode oferecer à humanidade.

Logo, um desenvolvimento centrado no crescimento econômico que relegue para segundo plano as questões sociais e ignore as aspectos ambientais não pode ser denominado de desenvolvimento pois de fato trata-se de mero crescimento econômico.

1.3. AÇÕES PARA FORMAR CIDADÃOS QUE CONVIVAM EM HARMONIA COM O MEIO AMBIENTE

Uma das formas de levar educação ambiental à comunidade é pela ação direta do professor na sala de aula e em atividades extracurriculares. Através de atividades como leitura, trabalhos escolares, pesquisas e debates, os alunos poderão entender os problemas que afetam a comunidade onde vivem; a refletir e criticar as ações que desrespeitam e, muitas vezes, destroem um patrimônio (ecossistema) que é de todos.

Os professores são o elemento fundamental no processo educativo pela conscientização sobre os problemas ambientais, pois devem buscar desenvolver em seus alunos hábitos e atitudes sadios de conservação ambiental e respeito à natureza transformando-os em cidadãos conscientes e comprometidos com o futuro do país.

Além da barreira estritamente sócio-econômica, de base política e ideológica, pretende-se colocar freios no atual ritmo de utilização dos recursos colocados à disposição pelo meio ambiente. Faz-se necessário apropriar-se dos recursos naturais de modo que satisfaçam as necessidades da geração contemporânea, aliada à garantia de que possam ser utilizados pelas gerações futuras. Surgem então, diversos caminhos, dos quais ganham destaque dois: o **ecodesenvolvimento** e o **desenvolvimento sustentável**, às vezes confundidos ou tomados como evolução conceitual um do outro.

1.3.1. O Ecodesenvolvimento

Conceito lançado na década de 70 por Maurice Strong e apropriado pelo economista francês Ignacy Sachs na década de 80, que o aprofundou teoricamente, propõe a imposição voluntária de um teto de consumo, onde haveria uma corresponsabilidade entre as nações, para a limitação do consumo de bens materiais. Busca a implementação de uma estratégia de desenvolvimento comprometido com a prudência ecológica e justiça social, assentada numa estratégia de transição baseada nos seguintes princípios:

- a) extensão temporal de várias décadas (40 a 50 anos);
- b) responsabilidade dos países ricos pelos custos de transição e do esforço de ajustamento técnico;
- c) concepção de políticas pluridimensionais e reorientação do progresso tecnológico;
- d) mudanças de estilo de vida.

1.3.2. Desenvolvimento Sustentável

Contrapondo-se à pregação do **ecodesenvolvimento**, surge o conceito do **desenvolvimento sustentável**, assim entendido como o que satisfaz as necessidades das gerações atuais sem comprometer as necessidades das futuras gerações. No entanto, coloca sobre a pobreza a responsabilidade pelo atual estado de degradação ambiental. Propõe a erradicação da pobreza à medida que se atinja um piso de consumo, baseado no nível atual de consumo dos países ricos.

Foi em 1987 que a Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento das Nações Unidas apresentou ao mundo um relatório (denominado de Relatório Brundland) sobre o tema desenvolvimento. Esse relatório apresentou o conceito de desenvolvimento sustentável além de afirmar que um desenvolvimento sem melhoria da qualidade de vida das sociedades não poderia ser considerado como desenvolvimento.

O relatório Brundland definiu desenvolvimento sustentável como um desenvolvimento que satisfaz as necessidades do presente sem comprometer a capacidade das futuras gerações de satisfazerem as suas.

Pode-se considerar, portanto, desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que tratando de forma interligada e interdependente as variáveis econômica, social e ambiental é estável e equilibrado garantindo melhor qualidade de vida para as gerações presentes e futuras.

É certo que a implementação do desenvolvimento sustentável passa necessariamente por um processo de discussão e comprometimento de toda a sociedade uma vez que implica em mudanças no modo de agir dos agentes sociais.

No processo de implementação do desenvolvimento sustentável a educação ambiental torna-se um instrumento fundamental.

O sucesso das ações que devem conduzir ao desenvolvimento sustentável dependerá em grande parte da influencia da opinião pública, do comportamento das pessoas, e de suas decisões individuais. Mesmo considerando que existe certo interesse pelas questões ambientais há que reconhecer a falta de informação e conhecimento dos problemas ambientais.

Logo, a educação ambiental que tenha por objetivo informar e sensibilizar as pessoas sobre os problemas (e possíveis soluções) existentes em sua comunidade, buscando transforma essas pessoas em indivíduos que participem das decisões sobre seus futuros, exercendo desse modo o direito a cidadania torna-se instrumento indispensável no processo de desenvolvimento sustentável.

1.3.3. Um Breve Sobre as duas Teorias

Diferenças à parte, é preciso destacar que ambas as teorias postulam a sustentabilidade do desenvolvimento, tendo como princípio ético básico o direito das gerações futuras, considerando ainda as comunidades interessadas no envolvimento dos processos decisórios, levando-se em conta, ainda, o componente ambiental em pé de igualdade com os critérios econômicos. Chocam-se em nível ideológico, principalmente no que diz respeito ao envolvimento do mercado. O debate tem rendido inclusive o aparecimento de novos conceitos, embora algumas confusões de ordem acadêmica tenham surgido, devido à falta de apropriação conceitual e à quase hegemonia do termo "sustentável", como novo paradigma do desenvolvimento econômico que se espera para o Século XXI.

1.4. O CAMINHO INVERSO

Na atualidade vive-se momentos de crise generalizada, de desperdícios, de individualismo, do descuido, de confusão de valores, do crescimento desordenado e da perda da identidade. Esses, entre outros motivos, conduzem a degradação da Terra, denuncia-se assim, a necessidade de reverter essa situação, de forma a, reformula as atitudes, a visão sobre relações sociais e naturais, assim como criar caminhos para essa reversão.

Ao conceber estas reflexões, percebe-se que mais que o fim do mundo, deseja-se o fim deste "tipo de mundo".

Assim o fim deste "tipo de mundo" poderia propiciar, a necessidade do reconhecimento do ser humano, não só como vítima, mas como sujeito de sua própria ação, para assim, compreender e agir no espaço de seus direitos e deveres. Neste sentido chama-se a atenção para a linha de conceituação de Educação Ambiental apresentada neste trabalho, como enuncia Boff (p.17, 1999), *"precisamos de um novo paradigma de convivência que funde uma relação benfazeja para com a Terra."*

Pretende-se com este trabalho contribuir para o rompimento da concepção em que a Educação Ambiental vincula-se aos aspectos físicos e geográficos e influencia-se pela visão ecológica e reduzida ao calendário de datas de comemoração escolares, como: Dia do Meio Ambiente, Dia da Árvore, entre outros.

Ao recuperar os aspectos humanísticos e a interdisciplinariedade do assunto nas instituições de ensino, cria-se um conceito de Educação Ambiental para atender as necessidades atuais. Estas reflexões novamente suscitam os pensamentos de Leonardo Boff:

"...Cresce semanalmente um novo paradigma de re-ligação, de re-encantamento pela natureza e de com-paixão pelos que sofrem; inaugura-se uma nova ternura pára com a vida e um sentimento autêntico de pertença à amorosa Mãe-Terra..."
(Boff, 1999 p.25-26)

Assim sendo, para tentar redescobrir uma maneira de viver **sustentavelmente**, com o desenvolvimento tecnológico e capitalista, onde o sistema econômico visa somente o capital, gerando um regime social em que os meios de produção são mais valorizados que os próprios indivíduos que o produzem, faz-se necessário reconstituir os conceitos, principalmente aquele relacionado a apropriação da vida e dos bens do planeta.

Especialmente para esta finalidade a Educação Ambiental se reconstitui-se com novos significados, novos pressupostos de formação e para considerar o meio, antes de "impor" o conceito para possibilitar assim a construção do mesmo, segundo a necessidade do grupo.

O vocábulo **sustentabilidade** inserido em compêndios de Educação Ambiental, torna-se apropriado neste trabalho, na medida em que, como considera GADOTTI (2000 p. 34-35):

"...Desenvolvimento e sustentabilidade, seriam logicamente incompatíveis. Para nós é mais do que qualificativo do desenvolvimento.

Vai Além da preservação dos recursos naturais e da viabilidade de um desenvolvimento sem agressão ao ambiente. Ele implica um equilíbrio do ser humano consigo mesmo e em consequência, com o planeta (e mais com o universo).

A sustentabilidade que defendemos refere-se ao próprio sentido de tudo que nos cerca..."

Esta enunciação de sustentabilidade, re-significada, desvincula-se do conceito restrito de base econômica, por ser concebida com aspectos humanísticos, éticos e morais.

Junto a necessidade de reconstituir a dignidade, de resgatar valores, de rever posicionamentos e de promover conscientização nos processos de ensino-aprendizagem nos valem do educador brasileiro, Paulo Freire, que nos indica caminhos dentre seus escritos e reflexões sobre: **Escola Cidadã, Pedagogia do Oprimido e a Ecopedagogia.**

Seguindo esse pensamento de renovação Paulo Freire nos revela:

“Uma das qualidades mais importantes do homem novo e da mulher nova é a certeza que têm de que não podem parar de caminhar e a certeza de que cedo o novo fica velho se não se renovar...”

(Paulo Freire, 1997p. 86).

Esse renovar para Educação Ambiental apresenta-se com o rompimento da forma pragmática, a qual vincula-se os conteúdos na ordem curricular estabelecida e com a condição de ceder espaço para a opção de uma nova visão, onde a conceituação cria vínculos com a reflexão.

1.5. A AGENDA 21

O documento intitulado “Agenda 21” é considerado como uma das mais importantes convenções diplomáticas do Século XX. Assinado na Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada no Rio de Janeiro, em 1992, introduz no plano da globalização um novo paradigma de desenvolvimento, que reconhece a esgotabilidade dos recursos naturais e reclama por um esforço no combate ao desperdício, que objetiva mudar os padrões perdulários de consumo que tiveram lugar na civilização pós-revolução industrial. O capital social torna-se, no documento, tão ou mais importante que o capital produtivo, o que leva à necessidade da promoção da vida humana, através da educação, conscientização, progresso da ciência e tecnologia, além da valorização das estruturas participativas e associativas. Seu foco é a sustentabilidade em todos os aspectos: ambiental, cultural, social, etc., tendo como principal pilar a ética, como freio necessário à ambição, ao individualismo e a quaisquer outras formas de convivência predatória.

O fortalecimento da ciência para atingir o desenvolvimento sustentável exige que o conhecimento científico busque ser ao máximo compatível com o conhecimento tradicional disponível. Ao mesmo tempo, é imprescindível a solidez científica dos planos de manejo e desenvolvimento ambientais. Os novos métodos devem ser desenvolvidos para vincular seus resultados aos conhecimentos empíricos das diferentes culturas, e deve proporcionar mecanismos para a previsão antecipada de possíveis impactos para a formulação de soluções preventivas.

A Agenda 21 reconhece a educação como um processo de desenvolvimento de potencialidades, tanto a nível individual como das comunidades. O ensino sobre meio ambiente deve necessariamente utilizar métodos informais ao lado dos formais, de modo integrado às demais disciplinas e abordando não só temas físico-biológicos, como sócio-econômicos e do desenvolvimento humano (incluindo o espiritual). Aborda a necessidade de sensibilização do público sobre os problemas ambientais, fomentando a participação nos processos de decisão e o senso de responsabilidade pessoal, com conseqüente motivação e dedicação em relação ao desenvolvimento sustentável.

1.6. EDUCAÇÃO AMBIENTAL E OS PCN'S

A Educação Ambiental proposta nos Parâmetros Curriculares Nacionais, como um dos temas transversais, apresenta-se como uma entre outras necessidades atuais. Busca-se reeducar o olhar, em prol de cuidar de tudo que existe no planeta. Essa ótica de cuidado, vem fundar nova ética, em que a compreensão é geradora da capacidade de inspirar valores e atitudes.

Observa-se então que essa ótica de cuidado se opõe ao descuido, descaso, ao descompromisso, tal conceito baseia-se no zelo, na atenção, no comum e no incomum entre todas as relações existentes, representa-se então, uma atitude sobre a vida de maneira consciente, uma relação mais atenua entre a ação e a reação.

Assim, se antes a preocupação era em como atuar no meio ambiente, na atualidade a preocupação apresenta-se em como atuar e preservar o meio ambiente.

Junto a esta nova preocupação, o conceito de educar também indica transformação, pois se antes vinculava-se a transmissão de conhecimento, neste momento apresenta-se diretamente relacionado com o sentido de "encantar"¹.

¹ BOFF, L. *Transformar com-paixão*. Petropolis: Vozes, 1999.

Assim, busca-se o encanto do saber, o despertar de uma nova visão, algo que encontra-se adormecido, por meio de tantas informações sem sentido com o real, como teorias e conceitos sem vínculos diretos com a vida.

Através desse despertar percebe-se que a Educação Ambiental faz parte do cotidiano e descobre-se a necessidade da participação, da conquista de um novo olhar sobre a vida, como florescer, como renascer e fazer reflexões sobre os direitos e deveres que envolvem as questões, para assim considerar o meio social e o meio natural indissociáveis.

Deste modo percebe-se a Educação Ambiental como um caminho para viabilizar novas conquistas, também uma perspectiva nova nas propostas curriculares que inclui o ser humano nos currículos, de forma a romper os paradigmas preestabelecidos.

Entretanto, considerando a grande importância teórica, o conceito de Educação Ambiental aqui escolhido apresenta-se seguindo por dois caminhos:

1. "A Educação Ambiental como um agente mantenedor" ou
2. "A Educação Ambiental como um agente transformador".

Espera-se que este estudo sobre a Educação Ambiental possa contribuir para pretende-se permitir o reconhecimento do "eu", integrante do universo, para questionar e agir de forma responsável tanto em relação aos seres humanos e possibilitando as reflexões sobre as questões éticas e morais que estão implícitas entre o meio ambiente e a sociedade.

Para isso, existe a necessidade que o educando saiba que faz parte da dinâmica do universo, reconhecendo que interage com o meio em que vive, que sofre influências biológicas culturais, sociais e afetivas.

Através do conceito de Educação Ambiental adotada neste trabalho, pretende-se como proposta fundamental revelar ao aluno o seu papel como agente mantenedor ou como agente transformador, para que ele consiga se posicionar

diante da notável diversidade da vida existente na Terra, das características dos diferentes grupos de seres vivos e suas ações no meio ambiente, e, de maneira gradativa aguçar a curiosidade sobre o assunto, despertar o interesse sobre o conhecimento do "Ser" e do "Agir" e da relação existente entre eles.

"...Assim, a educação ambiental deve ser entendida como educação política, o sentido de que ela reivindica e prepara os cidadãos para exigir justiça social, cidadania nacional e planetária, autogestão e ética nas relações sociais e com a natureza." (Marcos Reigota, 1994. p.10)

Ao finalizar a Educação Ambiental como educação política, enfatiza-se então a questão da ética, para assim priorizar a questão do "por que" fazer.

2. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMO UM AGENTE MANTENEDOR

*“Contando com um professor que, expunha as lições que os alunos seguiam atentamente e aplicava os exercícios que os alunos deviam realizar disciplinadamente”
(SAVIANI, 1995)*

Num contexto, em que a Educação Ambiental apresenta-se como um agente mantenedor que parece denunciar *“que há algo de podre no reino da educação”* (KUPFER, 1997), percebe-se que essa denúncia se oculta, na medida em que, a educação atual não muda e ainda ajuda a manter as condições sociais atuais.

Percebe-se a influência dos valores na conceituação do termo numa linguagem bem simples, a classificação conduz-se por meio dos significados que lhe são atribuídos, assim assumem propósitos de acordo com o contexto.

Sabe-se que o ser humano não é um ser passivo, por isso, perante determinada situação, cada um reage de acordo com sua escala de valores, mas sem dúvidas os estímulos do meio conduzem as decisões. Sendo assim, alguns procuram transformar a situação e outros pretendam manter, pois ela corresponde a seus valores, diante do fato, prevalece o de maior poder.

Sendo assim, a educação prevista para essa conceituação apropria-se dos valores burgueses, inclusive pretende-se estabelecer hierarquias de valores. Utilizando-se da Educação Ambiental como uma gente mantenedor para propagar os interesse deste grupo em manter suas condições, a qual a de muitos deles, origina-se pela apropriação dos recursos do meio.

O professor segundo essa concepção, identifica-se com o perfil de detentor do “saber reconhecido”, o transmissor deste saber, representante do atual regime social quer incorporar nos alunos tal regime e adaptá-los aos sistema de vida

e aos valores que a sociedade propõe; sem perceber que exercem um papel de conservação, apenas transmitem os conceitos.

O aluno por sua vez apresenta-se como uma fôrma vazia, que pretende-se preencher com valores dominantes, assim ao receber o "saber reconhecido" ele o aceita como verdadeiro e único, mesmo sem ligação com sua visão de mundo, afinal o conhecimento aponta-se como dissociado do real. Observou-se nestes alunos características passivas, traduz-se então uma forma de Educação Ambiental dentro dos limites conceituais. Abordada neste trabalho como uma Educação Ambiental mantenedora.

Com relação a escola, percebe-se o vínculo direto com a educação, pois neste contexto a escola refere-se ao único local aceitável para ocorrer o processo ensino-aprendizagem ou aprendizagem-ensino. No sentido desta afirmação, Giroux (1997. p. 147-148) nos revela que:

"... Ao mesmo tempo reproduzindo e legitimando as ideologias capitalistas.

A expressão mais óbvia desta abordagem pode ser vista no discurso positivista, neste caso, toma-se como preocupações mais importante o domínio de técnicas pedagógicas e a transmissão de conhecimento instrumental para a sociedade existente. Na visão de mundo tradicional, as escolas são simples locais de instruções.."

Segundo essa afirmação, percebe-se que o principal objetivo da escola e da educação ambiental, constitui-se em alienar os grupos oprimidos, impondo a ideologia vigente, para com isso reproduzir a cultura dominante, como caminho de dominação e para manter as condições atuais.

Dentro destas instituições, os conhecimentos e valores prévios dos educando revelam-se inválidos, sendo assim o saber oficial torna-se distante da realidade e pronto para ser digerido pelo aluno.

Seguindo por essa visão mantenedora, a educação ambiental apresenta-se para atender aos interesses dominantes, refere-se a um discurso pragmático,

com condições mecanicistas e conteudistas, gerando-se assim um posicionamento reprodutivista.

Desta forma, a educação ambiental insere-se no sistema educacional como um dos temas transversais dos Parâmetros Curriculares Nacionais, apenas como mais uma disciplina curricular.

Observou-se que a aparição da educação ambiental nas instituições faz-se diante de momentos específicos e vincula-se os conceitos aos aspectos físico e geográficos, assim como influencia-se por uma visão ecológica de maneira a restringir o termo "Educação Ambiental" o máximo possível, assim o aluno percebe que existe, mas não insere-se nos fatos.

Prosseguindo neste esse caminho, as situações apresentam-se distante da vida do aluno. Como: Sabe-se sobre o efeito estufa, mas em que isso pode afetar as condições de vida ou como minimizar o problema torna-se desnecessário colocar, seguindo por esta conceituação. Sendo assim aprende-se sobre educação ambiental de forma descontextualizada, refere-se ao conceito como mais um conhecimento, perdendo-se a oportunidade de inserir questões, de levar o educando a sentir-se como um **agente** ou como uma **vítima** diante dos fatos.

Essa teoria nos vem apontar a necessidade de garantir a preservação de determinadas espécies animais e vegetais ou de recursos naturais, que embora essas questões sejam importantes, não são únicas e omitem fatores a serem considerados como: as relações existentes entre a humanidade e a natureza e as influências econômicas e culturais que as envolvem.

Tais relações colocam o homem contemporâneo em busca de respostas, tal como afirma Marcos Reigota (1994. p.11):

"...O homem contemporâneo vive profundas dicotomias. Dificilmente se considera um elemento da natureza, mas como um ser à parte, observador e/ou explorador da mesma. Esse distanciamento fundamenta as suas ações tidas como

racionais, mas cujas conseqüências, graves exigem dos homens, nesse final de século respostas..”

Tal situação, em que o homem representa-se como observador ou explorador e a natureza como um elemento a parte, apresenta-se como fruto da educação ambiental que defini-se com o objetivo de manter.

Sendo assim, a aprendizagem revela-se de maneira teorizada e mecânica, baseando-se sempre no conteúdo programático assim ao invés de ser uma “construção progressiva e ativada pela experiência e pela relação recíproca da criança com seu meio (Fehner, 1987 p. 56), tem sido algo massacrante e desagradável, uma vez que essas desconsiderações sobre a visão do indivíduo e a supervalorização do conteúdo são motivadores de uma carreira de adaptações e fracassos. Situações essas que retratam-se não só nas escolas, mas como no meio em que o educando vive.

Pode-se realizar tal afirmação, cuja qual a educação ambiental revela-se na escola e no meio, mesmo que a teorização mantenedora não aceite o fato, pois verifica-se a realização dos objetivos, a medida que os mesmos revelam-se durante o cotidiano do educando.

Até mesmo na educação ambiental como agente mantenedor apropria-se desta afirmação, visto que observa-se a concretização dos objetivos na relação entre o conceito e sua aplicação de acordo com a teoria da disciplina, no caso, manter as condições.

As disciplinas são abordadas nesta concepção de educação ambiental de maneira dissociadas, assim a tradicional separação entre humanas, exatas e naturais vem por afirmar as condições de conceituação do termo. Esse fato facilita a condição de reprodução e de manter as explorações do natural e do social existente.

Para isso a educação ambiental proposta vem por afirmar um conservadorismo biológico que na verdade existe como um conservadorismo político.

Isto significa que a proposta teórica se funde aos princípios políticos atentando a um conservadorismo imaginário, teorizado enfim, sem fundamentos.

Leonardo Boff, 1999, p. 97-98 atenta-se para:

“...Ora, a ideologia latente no modo-de-ser-trabalho-dominação é a conquista do outro, do mundo, da natureza, na forma do submetimento puro e simples. Esse modo de ser mata a ternura, líquida o cuidado e fere a essência humana...”

Seguindo por esse caminho forma-se uma ditadura de exploração, com a voracidade produtivista e com a força do consumo capitalista, percebe-se uma pedagogia da razão calculatória e bancária.

Revela-se assim uma educação ambiental como um agente mantenedor, cujas estruturas representam-se como exasperação do humano e uma maneira de exaurir os recursos naturais, sem a percepção do fato, pois existe toda uma fundamentação para ocultar.

2.1. LEGISLAÇÃO E POLÍTICAS PÚBLICAS AFIRMATIVAS

Seguindo a orientação geral traçada pela Agenda 21 e pelos demais documentos e tratados internacionais, o Brasil vem adotando em sua legislação os avanços teórico-metodológicos verificados na ciência.

A começar pela Constituição de 1988, que em seu artigo 225 elege o meio ambiente ecologicamente equilibrado como direito subjetivo de caráter difuso e impõe tanto ao poder público quanto à coletividade o dever de defendê-lo, inclusive através de promoção, pelo poder público, da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do ambiente. Este artigo consolida o que já havia sido inscrito na Lei nº 6.938/81, de Política Nacional do Meio Ambiente, no seu artigo 2º, inciso X.

Ainda na Constituição, verifica-se no art. 205 que o mesmo coloca a educação como direito de todos, dever do Estado e da família, e tem o objetivo de desenvolver plenamente o indivíduo, preparando-o para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.

Outros dispositivos constitucionais favorecem práticas de Educação Ambiental, embora não explicitamente. São os que fixam direitos e deveres individuais e coletivos (art. 5º e incisos), normatizam o ordenamento urbano (art. 182), regulamentam a ciência e tecnologia (arts. 218 e 219), determinam parâmetros para políticas e práticas de saúde (art. 196 e segs.), orientam o respeito às manifestações culturais (arts. 215 e 216) e impõem limites à comunicação e propaganda (art. 220 e segs.)

O processo de reconhecimento da Educação Ambiental como política pública consolidou-se com a sanção, em abril de 1999, da Lei nº 9.795, que disciplina a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA). Esta lei informa a Educação Ambiental como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis, de maneira formal e não-formal. Proíbe, ainda, o estabelecimento da EA como disciplina isolada, devendo ser tratada como tema transversal, ou seja, como uma linha que permeia todas as outras, como um mecanismo que permita e facilite a passagem da realidade ambiental, dando um sentido social à práxis educativa.

Em sede de políticas públicas, a abordagem da EA vem sendo explicitada e desenvolvida através da fixação dos Parâmetros Curriculares Nacionais, para o ensino formal, e no âmbito do ensino não-formal, vem sendo adotada como um dos principais instrumentos para implantação de políticas de conservação e desenvolvimento sustentável de diversos biomas presentes no território nacional.

De modo geral, a legislação brasileira é extremamente avançada nas questões ambientais, o que é um fator positivo para práticas de Educação Ambiental, já que a norma, *stricto sensu*, tem a função de ser balizadora das práticas cotidianas da sociedade, que a recepciona ou não, a depender das múltiplas

situações que podem ser verificadas em dado momento histórico.

Existem inúmeros princípios e dispositivos legais que condicionam a participação popular na formulação de políticas e na gestão de espaços públicos, que precisam ser aproveitadas pelas comunidades, diretamente ou através de representantes legítimos (da própria comunidade), que necessariamente passarão por um processo de conscientização ambiental que os capacitará para o exercício da cidadania participativa.

3. EDUCAÇÃO AMBIENTAL, COMO UM AGENTE TRANSFORMADOR

“...Educar para a cidadania planetária implica muito mais do que uma filosofia educacional, do que o enunciado de princípios. A educação para a cidadania planetária implica uma revisão dos nossos currículos, uma reorientação de nossa visão de mundo da educação como espaço de inserção do indivíduo...” (GADOTTI, 2000. p.142)

Para entender melhor essa conceituação analisada aqui como um agente transformador, faz-se necessário ressaltar alguns aspectos sobre o país e a educação, para assim, refletir sobre o atual, considerar o passado e idealizar o futuro.

3.1. EDUCAÇÃO AMBIENTAL ENFOQUES SISTÊMICOS E INTERDISCIPLINARIDADE

A Educação Ambiental, como recomendada no documento oriundo da Conferência de Tbilisi (1977), deve ser abordada sob os enfoques interdisciplinar e sistêmico.

Com o objetivo de avançar na discussão, faz-se necessário proceder a algumas demarcações conceituais. A *interdisciplinaridade*, aqui, é entendida como um sistema de alto grau de cooperação entre disciplinas conexas, de forma que o conhecimento obtido no final do processo interativo resulte na consecução de um axioma comum a todas delas, com conseqüente enriquecimento teórico de cada uma (JAPIASSU — 1976:74). Não se confunde com a multidisciplinaridade, tampouco com a pluridisciplinaridade, posto que ambas realizam apenas um “agrupamento” disciplinar, sem resultar em verdadeira interação, embora haja ainda uma certa confusão conceitual.

Tem-se como conceito de *pensamento sistêmico* a capacidade de ligar e interligar os fenômenos, de forma que as distinções entre as partes de um sistema sejam menos importantes que o conjunto, que é formado pelas partes e pelas relações entre elas.

A Educação Ambiental (EA), segundo MEDINA (1998), é um:

“processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do Ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para a melhoria da qualidade de vida e eliminação da pobreza e do consumo desenfreado”.

Ressalta ainda como objetivo da EA:

“a construção de relações sociais, econômicas e culturais capazes de respeitar e incorporar as diferenças (minorias étnicas, populações tradicionais), a perspectiva da mulher, e a liberdade para decidir caminhos alternativos de desenvolvimento sustentável respeitando os limites dos ecossistemas”.

Desta forma, a EA pressupõe uma múltipla visão dos fenômenos, de forma que atue como catalisadora do conhecimento das questões ambientais, num paradigma voltado para a complexidade, pronto para aceitar e incorporar diferenças e experiências diversas, de modo que ao final seja atingido um alto grau de autonomia pessoal e coletiva das partes envolvidas. É um processo coletivo, onde não há lugar para “donos da verdade” (como comumente se comportam os técnicos), mas indivíduos que interagem mutuamente, cooperando entre si, visando ao desvelamento da realidade para propor avanços e soluções conjuntas para os problemas encontrados.

Sabe-se da dificuldade de se tratar as questões ambientais sob esse novo enfoque no mundo capitalista, hegemônico epistemologicamente pelo cartesianismo fragmentador. Mas a prática cotidiana de buscar novas abordagens que revelem o novo paradigma não só no discurso, mas também na práxis (reflexão-ação-reflexão) da trajetória sócio-ambiental pode levar a uma modificação nesse quadro.

Ao apresentar a Terra como uma única comunidade, GADOTTI nos acena com um novo paradigma para a prática pedagógica, juntamente com os novos conceitos sobre os caminhos da educação.

A tendência abordada, apresenta-se para atender as necessidades atuais, já que se trata do Brasil, um país que quer se inserir neste mundo globalizado, ao tentar caminhos fora dos limites curriculares. Um sentido novo de país e de Educação, assim como de planetariedade, enfim em que a Terra é vista, como um ser vivo e ao considerar os variáveis agentes, desperta-se então o interesse e a ação em prol de uma melhor qualidade de vida, isto torna-se um impulso para Educação Ambiental como agente transformador.

Considera-se que os avanços tecnológicos apresentam-se com infindáveis comodidades e facilidades, assim como a incontestável destruição do planeta.

Diante deste fato, faz-se necessário entender e repensar na ação da educação, para atender as condições de vida atuais. Percebe-se em meio de tantos avanços, o distanciamento humano, a degradação dos valores, o sedentarismo das condições físicas entre outros dos “benefícios” ocultos que apresentam-se junto ao desenvolvimento tecnológico e a sociedade capitalista atual.

Essa tendência de Educação apresenta-se para encantar, incentivando reflexões para reeducar o olhar, que ajudam a sociedade a perceber os contornos da civilização e a formar a totalidade e reconhecimento da individualidade na sua formação.

Sobre essa consciência planetária e a imensidão de sua formação Edgar Morin,(1994, p.6) expressa que:

“...A consciência ecológica levanta-nos um problema duma profundidade e duma vastidão extraordinárias. Temos de defrontar ao mesmo tempo o problema da vida no planeta Terra, o problema da sociedade moderna e o problema do destino do Homem. Isto nos obriga a repor em questão a própria orientação da civilização ocidental. Na aurora do terceiro milênio, é preciso compreender que revolucionar, desenvolver, inventar, sobreviver, viver, morrer, anda tudo inseparavelmente ligado...”

Para essa conscientização, ao tratar de propostas educacionais, o professor vem por modificar e modificar aquela visão de que o aluno precisa responder integralmente aos ensinamentos, percebe-se uma proposta fundamental de dialogar e de participar reciprocamente educador-educando- meio.

Junto a esta condição de posicionamentos percebe-se que:

“... A verdade é que, depois de séculos de modernidade, o vazio do futuro não pode ser preenchido nem pelo passado, nem pelo presente.

O vazio do futuro é tão – só um futuro vazio.

Penso, pois, que só há uma saída: reinventar o futuro, abrir um novo horizonte de possibilidades, cartografados por alternativas radicais, às que deixam de o ser.” (Santos, 1995. p. 322).

As propostas de Santos demonstram que para reinventar o futuro, torna-se indispensável a “mediação pedagógica” pois afinal, sabe-se que a competitividade pela existência é natural, porém é fundamental procurar um caminho para que isso ocorra de maneira equilibrada. Um entre outros caminhos, apresenta-se com a alternativa da **Educação Ambiental como um agente transformador.**

Segundo o estudo de LIMA(1997 p.210-1), a **Educação Ambiental como um agente transformador**, é enunciada considerando-se:

1. A satisfação das necessidades básicas da população;
2. A solidariedade com as gerações futuras;
3. A participação da população envolvida;
4. A preservação dos recursos naturais e do meio ambiente;
5. A elaboração de um sistema social que respeite outras culturas e;
6. Programas de educação.

Nesta direção objetiva-se a veiculação entre o sentido da vida humana e o sentido da vida do planeta assim como o envolvimento do social e do atual integrado ao sistema educacional.

Em outras palavras a Educação Ambiental aqui estudada, visa articular o ensino ao interesse do educando, baseando-se na busca de uma nova visão de mundo, com integração de todos os setores, numa ação local com pensamento global, objetivando à solução de problemas comuns e articulando o conteúdo ao interesse do aluno.

O resultado dessa condição dialética (conteúdo e realidade), junto a busca da aplicação dos conhecimentos apreendidos sobre a realidade, apresenta-se como a essência do saber.

Sob essa visão, a Educação Ambiental, revela-se como uma ação pedagógica indispensável ao processo de ensino, frente as necessidades atuais, superando com isso a visão mecânica e conteudista e pode, indubitavelmente, se consistir como efetivo instrumento de melhoria na qualidade de vida individual e coletiva.

Desta forma, necessita-se de um meio concreto para encontrar caminhos possíveis para facilitar esta trajetória. Para melhor processar o saber busca-se a motivação e a orientação do educando, através da reflexão sobre o conteúdo considerando sua relação com os meios: natural, cultural, social, entre outros.

No entanto, cabe lembrar que esses caminhos, podem ser adaptados segundo as necessidades sócio-econômicas, políticas, éticas e regionais, pois não raras são vezes, em que padronizar os caminhos apresenta-se como se as diferenças fossem inexistentes.

As considerações anteriores, tornam-se relevantes para o estabelecimento dos caminhos desejados neste trabalho, uma vez que os diferentes pressupostos que embasam "o fazer", estão condicionados às diferentes situações do papel da educação na formação do homem em sua estrita correspondência com as necessidades básicas da sociedade. Nesse sentido GADOTTI (2000, p. 210) faz a seguinte reflexão:

“...O cumprimento desta promessa depende da ampliação e aprofundamento do diálogo global requer uma mudança interior – uma mudança no coração e na mente. Requer que tomemos ações decisivas para adotar, aplicar e desenvolver a visão da Carta a Terra local, nacional regional e globalmente. Diferentes culturas e comunidades encontrarão suas próprias e distintas formas de expressar a visão e teremos muito que aprender uns dos outros”.

Deste modo, a educação Ambiental afirma-se como uma condição essencial para viabilizar a redefinição de valores, as propostas de atuações, de forma a tomar ciência das responsabilidades existentes nas ações e nas anulações diante dos fatos e a necessidade de compartilhar a aprendizagem.

Essas idéias relacionam-se bem com a amplitude do conceito de “encantar”, pois dentro deste caminho descobre-se a necessidade da participação, do cuidado, que na ótica de BOFF (1999), este **“...cuidado, funda uma nova ética, compreensível a todos e capaz de inspirar valores e atitudes...”**.

Ao “encantar” percebe-se que o meio natural e social são indissociáveis, busca-se então, um equilíbrio entre os seres humanos e a natureza, com harmonia e responsabilidade.

Ao aproveitar a escola como um espaço privilegiado para aprendizagem, a educação ambiental apresenta-se como um agente transformador, sendo este um lugar apropriado para promover trocas de experiências, para relacionar os conteúdos e a vida. Para Carlos Minc (1994. p. 20):

“... A [escrita] da Vida planta-se com amor e justiça, cultiva-se na terra produtiva, aduba-se com cultura, colhe-se com cidadania, seus frutos repartem-se nos lares, nas mesas, onde se alimenta a esperança de uma vida real que valha a pena....”.

Sendo assim, condições de incentivo, de participação, de questionamentos, de valorização do coletivo e de consideração do individual, assim como, o entendimento do conteúdo e sua relação com o real, tornam-se elementos

de formação para esse conceito de Educação Ambiental. Essa dimensão de cidadania e de preocupação com a conscientização fica clara quando:

“...Apesar da insensibilidade produtivista, aumenta a consciência ecológica do país. As universidades e os institutos de pesquisas se dedicam cada vez mais a analisar todos as agressões aos ecossistemas e a buscar alternativas tecnológicas que compatibilizem desenvolvimento e ecologia”. (Minc, 1994. p. 45)

Uma nova condição de ação aproxima-se, onde os “bens da Terra” apresentam-se mais próximos e expressam-se com a preocupação do esgotamento, o ambiente visto como um patrimônio genético e social, base de qualidade de vida. Assim incorpora-se na sociedade a conscientização da cidadania ecológica, preocupa-se com o veículo formador de ação de conscientização de preparo para o entendimento do conteúdo e a reformulação do saber.

4. O CURRÍCULO ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL - SÉRIES INICIAIS - E O PAPEL DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL

O debate sobre a questão curricular tem se tornado mais intenso e profundo entre os educadores nos últimos anos, e existem muitas razões para que isso esteja ocorrendo. A principal, sem dúvida, relaciona-se ao fato de que os educadores, especialmente os professores, aqueles educadores que são profissionais da sala de aula, têm sentido grandes dificuldades em enfrentar a maioria dos desafios que a educação tem lhes colocado nos dias de hoje. Esses desafios vão desde responder a questões práticas sobre que atividade propor aos alunos daqui a alguns dias, como responder a questões amplas do tipo: o que significa promover a formação integral do cidadão visando a questão do meio ambiente.

Esta parte do estudo sobre a educação ambiental nas séries iniciais tem como finalidade principal contribuir com o debate em torno da questão curricular, principalmente sobre o ponto de vista de quem está na sala de aula, e fica cada vez mais ansioso com a ausência de respostas às suas perguntas sobre o trabalho educativo a ser desenvolvido com os temas transversais.

Enquanto algumas dessas abordagens e opções são indiscutíveis no sentido de que afetam a própria natureza do modelo, outras, em compensação, podem ser consideradas simples opções ou abordagens técnicas ou tácitas, conforme os casos, cuja modificação não alteraria a essência da proposta e além disso poderia contribuir para melhorá-la substancialmente.

Entre os aspectos indiscutíveis, destaca-se muito sinteticamente três que diferenciam com maior clareza de outras propostas mais ou menos próximas. Em primeiro lugar, a tão propalada necessidade de relacionar qualquer proposta de currículo a uma reflexão inicial sobre a natureza e funções da educação escolar na sociedade atual. Querendo ou não, uma proposta curricular comporta sempre um

projeto social e cultural, uma visão do tipo de sociedade e de pessoa que se pretende promover com a escola. A educação escolar é antes de mais nada e sobretudo uma atividade de natureza social com uma função basicamente socializadora. Colocar o currículo escolar como uma questão puramente técnica, psicopedagógica e disciplinar, à margem do contexto social e cultural no qual será implementado, é um erro que convém evitar cuidadosamente

Deve-se estar preparado para produzir grandes mudanças na instituição escolar como um todo, desde sua organização burocrático-pedagógica, até sua imagem perante a sociedade, incluindo aqui a profissão de professor.

Em segundo lugar, a escolha da concepção construtivista do ensino e da aprendizagem como pano de fundo para tomar as múltiplas decisões que estão em conformidade com uma proposta curricular concreta. A inovação curricular não consiste em apenas mudar, ou tentar mudar, o que se ensina e aprende na escola. Tão importante quanto o que se ensina e se aprende é como se ensina e como se aprende. Na verdade, hoje sabemos que ambos os aspectos são indissociáveis.

Em terceiro e último lugar, a insistência na atenção à diversidade de capacidades, interesses e motivações dos alunos com pedra angular de um currículo respeitoso da concepção construtivista do ensino e da aprendizagem.

Que tipo de sociedade e pessoas queremos formar? O que é a concepção construtivista de ensino e aprendizagem? Que capacidades, interesses e motivações devemos considerar quando planejamos novas situações de aprendizagem? Essas e mais uma enorme coleção de questões, delas derivadas, poderiam ser formuladas aqui. É essencial que não se deixe de lado a questão fundamental para a sobrevivência da espécie: o meio ambiente.

O currículo é um elo entre a declaração de princípios gerais e sua tradução operacional, entre a teoria educacional e a prática pedagógica, entre o planejamento e a ação, entre o que é prescrito e o que realmente sucede nas salas de aula. É lógico, portanto que a elaboração do currículo ocupe um lugar central nos

planos de reforma educacional e que freqüentemente ele seja considerado como ponto de referência para guiar outras atuações (por exemplo, formação inicial e permanente do corpo docente, organização dos centros de ensino, confecção de materiais didáticos, etc.) e assegurar, em última instância, a coerência das mesmas.

Nas escolas o educador é um profissional que deve saber, entre outras coisas, conduzir situações de ensino e aprendizagem. Ele planeja situações que, em última instância, devem produzir aprendizagens por parte de seus alunos de conteúdos previamente escolhidos.

Mas o que deve um professor considerar na hora de planejar as situações de ensino e aprendizagem se ele escolhe a concepção construtivista do ensino e da aprendizagem como pano de fundo para tomar as múltiplas decisões que estão em conformidade com uma proposta curricular concreta?

Lembremos alguns pontos: a escola é uma instituição complexa onde diversos aspectos se encontram relacionados: organizacionais, administrativos, pedagógicos e outros, e todos devem ser coordenados de modo a produzir um processo de aprendizagem o mais efetivo possível.

Um professor para agir deve considerar o estado inicial de seus estudantes, a partir do qual ele construirá propostas de ensino com o propósito de desencadear nos alunos um processo cognitivo e emocional que envolva os conteúdos eleitos no planejamento, de modo a provocar construções de conhecimento — ou seja, aprendizagens — relacionadas àqueles conteúdos.

Estado inicial dos alunos é definido pelos conhecimentos prévios que eles possuem sobre os conteúdos envolvidos em cada proposta de ensino e aprendizagem. Conhecimentos esses que serão a base com a qual os alunos poderão fazer relações e construir significados para aquilo que estão aprendendo.

Para que haja construção de conhecimentos e, portanto, aprendizagem efetiva, **principalmente no âmbito das questões ambientais**, é preciso que os

alunos aprendam também o que é aprender. Esta preocupação deve se refletir na prática pedagógica através de atividades que permitam realizar reflexões de natureza metacognitiva, isto é, aquelas que tratam de explicitar o que se está fazendo para aprender e por quê.

É importante ter bem clara a distinção entre ensinar e aprender. Aquele que ensina, planeja, faz escolhas, prepara propostas de ação, com criatividade assim como aquele que aprende deve estabelecer relações criativas com os conteúdos tratados, envolvendo-se com o trabalho, questionando-se, construindo novos significados e representações.

A avaliação é um processo que envolve sempre dois lados: é impossível avaliar a aprendizagem, sem avaliar ao mesmo tempo o ensino. Em outras palavras, se a avaliação detecta problemas na aprendizagem de um determinado conteúdo, a questão a seguir deve ser: o que deve ter ocorrido durante o processo de aprendizagem que gerou esse problema e como aprimorar as propostas de ensino anteriormente planejadas para superá-lo com os alunos envolvidos, e evitá-lo no futuro?

Conteúdos escolares incluem todas as formas culturais que a escola considera importantes para a formação integral do cidadão e envolvem a aprendizagem daquilo que devemos saber (os fatos, conceitos e princípios), aquilo que devemos saber fazer (os procedimentos) e aquilo que devemos ser (valores, atitudes e normas).

As escolas devem funcionar em torno de uma grande equipe, que inclui professores, orientadores, coordenadores, direção, administração (incluindo aqui compras, manutenção e limpeza, gráfica, secretaria escolar, atendimento às famílias, etc.), tendo sempre em vista seu objetivo maior: a educação. E devemos lembrar que a educação escolar é algo que ocorre, principalmente dentro das salas de aula. Mesmo uma atividade de campo não se prestará a boas aprendizagens se os alunos não estiverem com um certo espírito de sala de aula que lhes proporcione

um aprender divertindo-se.

Para o professor, que todos os dias está diante de sua sala de aula, que deve ter idéias sobre *quando* e *como* ensinar, a discussão curricular deve, **necessariamente passar pelas questões ecológicas, ser um potencializador de sua capacidade de trabalho**, ou seja, deve tornar seu trabalho mais eficaz e também mais valioso.

O professor precisa trabalhar com objetivos que possuam diferentes abrangências e durações. Deve-se ter objetivos gerais mais duradouros, que orientem a ação pedagógica em direção a uma educação do indivíduo. Mas deve-se também traduzir esses objetivos de longo prazo em propostas de trabalho para o dia-a-dia. Para isso é preciso definir os conteúdos a ensinar e em que profundidade e abordagem ensiná-los (*objetivos finais e didáticos*). Devemos ter um currículo que combine esse planejamento de longo prazo, necessariamente mais estável, com as propostas de ensino e aprendizagem que devem ser definidas em função da realidade concreta da sala de aula, onde o professor considera seus alunos, o lugar onde eles vivem, a escola em que estudam, suas histórias escolares e sociais, etc. Somente o professor pode tomar essas decisões de maneira coerente, sem transformar a educação numa seqüência de instruções técnicas e sem sentido para ele e para o educando.

Está claro que as situações de aprendizagem não podem ter um planejamento tão rígido a ponto de "engessá-las", pois sabemos que o professor deve sempre tomar decisões enquanto encaminha suas propostas de ensino aos alunos. Boas situações de aprendizagem podem surgir em função das decisões que um professor toma durante a condução da aula. Por exemplo, durante um debate um aluno faz uma pergunta, e o professor, depois de ouvi-la, pode decidir: ignorá-la; dizer ao aluno que voltarão ao problema em seguida; procurar formas de comunicar a pergunta a todos os alunos da classe e torná-la centro do debate; responder imediatamente a pergunta ao aluno. Não há como saber qual a melhor alternativa a não ser analisando a situação concreta, considerando os objetivos presentes no planejamento. Não é possível, *a priori*, definir se desconsiderar a pergunta de um

aluno é pior ou melhor do que transformá-la em um problema para toda classe. Essa decisão depende do que está acontecendo, em que contexto essa pergunta surgiu e a qual aspecto do conteúdo ela se refere, só para citar alguns aspectos.

Se, de um lado, as situações de aprendizagem não devem ser “engessadas” com planejamentos rígidos e materiais repetitivos, por outro, o professor não deve ir para a sala de aula com uma idéia muito vaga do que vai ensinar e, principalmente, de como esse ensino irá ocorrer. É esse planejamento, inclusive, o que torna possível avaliar o ensino, pois somente com objetivos claros podemos realizar uma avaliação que seja, antes de tudo, um processo para tomada de novas decisões, que nos permita eleger o que deve mudar e o que deve permanecer em nossas propostas de trabalho de curto, médio e longo prazos.

É importante ressaltar, ainda que o trabalho educacional ocorre em um tempo muito longo com cada aluno. Em nossa constituição temos o ensino de 1º grau como obrigatório, são oito anos de escolaridade que devem ser aproveitados da melhor maneira possível. Em oito anos de escola um aluno terá, no mínimo, de dez a vinte professores. Isso se ele não mudar de escola e não passar por retenções. O trabalho desenvolvido por esses professores deve ser coordenado da melhor forma, pois sabemos que muitas aprendizagens só se completam com anos de esforços conjuntos, como é o caso, por exemplo, da formação de bons leitores e escritores.

Finalmente, devemos lembrar que vivemos em um país onde o sistema educacional oficial, aquele que pode dar conta de tomar a educação de qualidade um bem universal, encontra-se em uma situação que está longe de poder atender às principais necessidades econômicas e da formação profissional de um professor, principalmente se ele está disposto a enfrentar as questões abordadas neste artigo.

A maioria das pessoas quando vai visitar uma escola ou uma rede escolar observa dados como aspectos físicos, asseio, localização, segurança, normas

disciplinares e equipamentos, deixando de lado o currículo, a política pedagógica e o modelo pedagógico que é aplicado no estabelecimento de ensino.

Dessa forma, as pessoas normalmente atentam para o que é superficial no processo pedagógico de uma instituição, não observando o fundamental na aprendizagem, qual seja: o currículo criativo, rico e bem definido, tanto nos seus aspectos amplos quanto nos pontos particulares; a grade curricular devidamente estruturada e cumprida em consonância com um planejamento pedagógico cuidadosamente discutido e acompanhado; o envolvimento dos docentes e de toda a equipe escolar com a política pedagógica definida.

Nesse processo de ensino/aprendizagem, a definição clara de objetivos que contemplem a missão estratégica da escola, no contexto cultural, regional, social e político frente ao sistema produtivo é de fundamental importância, levando-se em conta questões como:

1. Qual a visão de mundo e de "trabalho" que a escola pretende desenvolver com seu trabalho pedagógico, na perspectiva não só da continuidade dos estudos, mas também na incorporação de conhecimentos sobre as diversas formas de linguagem, iniciação científica e desenvolvimento tecnológico?
2. Que formação para o mundo do trabalho e para a cidadania plena o projeto político pedagógico da escola oferece, com vistas à incorporação de valores e atitudes como criticidade, iniciativa, auto-estima, afetividade, criatividade, tolerância, segurança, capacidade empreendedora e respeito aos valores democráticos?
3. Qual a efetiva integração dos conteúdos no que se refere à base humanística, fundamentos científicos e iniciação à base tecnológica na difusão dos conhecimentos a serem ministrados no cotidiano da escola, e qual o nível de envolvimento e a preparação dos docentes para esse trabalho?
4. Qual o comprometimento da direção escolar, da equipe docente e de técnicos com a pesquisa e o aprendizado permanente, na busca de

uma troca constante educador—educando—comunidade, objetivando o fortalecimento do diálogo nas atividades educacionais, como caminho para o crescimento mútuo?

Tocar nas questões curriculares e de modelo político-pedagógico das escolas significa mexer no cerne das questões educacionais, ou seja, alterar a plataforma de suporte das estruturas do currículo nos seus diversos pontos. Por tudo isso que é mais cômodo "deixar como está": pelos complexos envolvimento que essa ação exige e pelas diversas demandas que ela cria.

Essa é uma atitude política que solicita um permanente debate e uma decisiva transparência das gerências de sistemas educacionais, das direções escolares e de professores/técnicos nas estruturas de educação. Daí o fato de as políticas educacionais (em sua maioria) virem de cima para baixo, já prontas, ou aterem-se aos aspectos periféricos dos problemas da educação, como compra de merenda escolar, transporte de alunos, construção de prédios escolares, compra de material didático, aquisição de equipamentos e meios de comunicação, fugindo das discussões sociológicas, ideológicas e filosóficas que fundamentam o trabalho de educar no dia-a-dia das instituições nos aparatos de ensino.

Infelizmente, o quadro de indigência no campo educacional do país, muitas vezes já denunciado, vem impedindo que se tenha uma visão mais acurada dos problemas de fundo da escola, favorecendo-se mais os investimentos físicos e exteriores ao processo educacional em si, em detrimento da discussão aprofundada acerca desse processo e do que ocorre dentro das unidades escolares e das salas de aula.

Não podemos deixar de citar o pouco investimento profissional no corpo docente/técnico, no sentido de envolver esses profissionais como grupo estratégico no efetivo debate das questões fundamentais da educação, numa interação dinâmica do projeto político pedagógico da escola com a evolução da sociedade e o crescimento profissional dos trabalhadores em educação.

Trabalhar a permanente reformulação dos projetos educacionais e políticos e dos modelos pedagógicos das escolas, bem como repensar seus currículos e reestruturar suas grades curriculares, é como fazer o saneamento nos bairros das cidades. São ações que não aparecem à primeira vista porque ficam submersas, ninguém inaugura nem pode fazer muita propaganda, mas de vital importância para a população, porque afetam profundamente a saúde e a vida de todos nós.

CONCLUSÃO

O paradigma da sustentabilidade, antes algo tido como inaceitável, surge com grande força nos meios científico, político e social, decorrente da conscientização de esgotabilidade dos recursos naturais, gerada pela antecipação visionária de cientistas que ousaram pensar sistemicamente, percebendo que a Terra se constitui num grande e complexo ecossistema, onde o todo é perturbado pelo impacto sofrido por qualquer de suas partes. Desde as primeiras vozes levantadas, até a formulação de teorias como a de Gaia e de toda uma política voltada para um desenvolvimento de bases sustentáveis, ainda há muito o que fazer, e a Educação Ambiental se constitui em peça fundamental para a conscientização e formação de massa crítica capaz de formular técnicas e o manejo ambiental para se atingir um nível de desenvolvimento com pilar ético-ecológico.

Pensar globalmente e agir localmente pode ainda ser uma utopia para muitos, mas experiências bem sucedidas de organização comunitária, conscientização e educação ambiental têm demonstrado que é possível se atingir o sonhado nível sustentado de desenvolvimento. Basta romper com os preconceitos e interesses ainda arraigados e predominantes na ciência, na política e na sociedade.

A educação ambiental é uma das mais importantes exigências do nosso sistema educacional, sendo assim, as contribuições que o estudo do presente tema pode trazer para aqueles que se identificam como "filhos da Terra" é uma perspectiva para influir decididamente para soluções dos complexos problemas ambientais, a medida que possibilita a formação de cidadãos conscientes de seus direitos e deveres. Desta forma a pretende-se humanizar o ensino e dar vida aos conteúdos escolares.

O caminho percorrido na busca de embasamento teórico que pudesse respaldar as hipóteses de conceituação e atuação de educação ambiental aqui abordados, foi muito dificultoso, a medida, que são poucos os livros que tratam especificamente do tema, publicados em português.

Entretanto, os autores que fundamentaram este estudo foram de grande valia, haja vista que, trouxeram significativas contribuições, encadeando os pensamentos as teorizações acadêmicas e assim confirmando o que antes eram hipóteses.

Como observou-se no percurso deste trabalho a conceituação do termo educação ambiental segue por dois caminhos distintos os quais denominei transformador e mantenedor.

Recomendo aos leitores deste trabalho, que qual seja o caminho da educação ambiental que sigam, que o façam conscientes, assumindo uma postura e desviando a crença de que tudo é utópico, pois ao acreditar e lutar por algo, já é o princípio para realização do mesmo.

Sabe-se que muitas das propostas educativas ambientais não são sérias, no sentido que são formadas por interesses governamentais e de empresas privadas.

Espera-se porém que com criticidade desenvolvam-se outras contribuições sobre o tema, de maneira integradora no âmbito escolar e pretende-se a inclusão da Educação Ambiental permeando qualquer disciplina do Currículo Escolar. Todavia se aulas de qualquer disciplina clássica se transformarem em educação ambiental, sem nenhuma perspectiva crítica, configura-se então um equívoco, que não beneficia o desenvolvimento da educação ambiental, tão pouco o das outras disciplinas gerando-se assim graves problemas.

Seja qual o caminho da Educação Ambiental (mantenedora ou transformadora) é crucial admitir que a importância do ato de cuidar estará presente, pois a essência do ser humano reside no cuidado e a educação ambiental apresenta-se com o desejo de fundar uma nova ética.

Sendo assim, minha maior preocupação como educadora é fazer a Educação Ambiental presente onde se fizer necessário. Estar onde a luta e o

acompanhamento das ações irão transformar seres humanos em cidadãos conscientes da necessidade do meio natural em suas vidas.

As idéias de educação de Paulo Freire, para a sociedade brasileira objetiva "***educar para libertar, não para domesticar***", promover um respeito por si e pelos outros, com responsabilidade sobre as conseqüências de seus atos (ALMEIDA, 1999), gerando capacitação de sobrevivência digna, individual e coletiva, a longo prazo, para as gerações futuras.

Encantadoramente a Educação Ambiental traz a esperança de resgatar o prazer e inspirar valores e atitudes fundamentais para humanidade, basta transcorrer na certeza de que somos todos "filhos da Terra" que acreditamos na ética, na solidariedade, na participação e na cidadania. Devemos todos participar realmente de projetos que visem a conscientização da sociedade, sem fugirmos as nossas responsabilidades, sabendo assim agir e exigir que se cumpra as ações necessárias para a preservação da vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ASSMAN, HUGO. *Reencontrar a Educação: rumo à sociedade aprendente*. Petrópolis: Vozes, 1998.
- BOFF, G. *O Destino do Homem e do Mundo*. Petrópolis : Vozes, 1976.
- _____. *Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- BRUNDTLAND, Gro Harlem (Org.). *Nosso Futuro Comum: relatório da comissão Mundial Sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento*. Rio de Janeiro :FGV, 1988.
- CAMBI, FRANCO. *História da Pedagogia*. São Paulo : Unesp, 1999.
- CASCINO, FÁBIO ALBETI. *Da Educação Ambiental à Ecopedagogia: reconstruindo um conceito, com base em uma análise complexiva e interdisciplinar*. São Paulo : Edusp, 1996
- DEMO, PEDRO. *Participação e Meio Ambiente: uma proposta educativa*. São Paulo : Sema, 1985.
- DIAS, GENEALDO F. *Atividades interdisciplinares de educação ambiental*. São Paulo: Global, 1994
- FREIRE, PAULO. *Pedagogia da Autonomia: saber necessários à prática educativa*. São Paulo : Paz e Terra, 1997.
- GADOTTI, MOACIR. *Pedagogia da Terra*. Rio de Janeiro: Petrópolis, 2000.
- GIROUX, HENRY A. *Os Professores como intelectuais: rumo a uma pedagogia crítica da aprendizagem*. Trad. Daniel Bueno. Porto Alegre: Artes Médicas, 1997.
- HUTCHISON, DAVID. *Educação Ecológica*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- KUPFER, MARIA CRISTINA M. *Afetividade e Cognição: uma dicotomia em discussão*. In.: *cadernos idéias*, 28 São Paulo: Fae. Diretoria técnica, 1997.
- LIMA, GUSTAVO F. DA COSTA. *O Debate da sustentabilidade na Sociedade Insustentável Política e Trabalho*, 1997.
- MEDINA, NANÁ M. *Elementos para a introdução da dimensão ambiental na educação escolar - 1º grau*. in IBAMA. *Amazônia: Uma proposta interdisciplinar de educação ambiental*. Brasília, IBAMA, 1994.
- MINC, CARLOS. *Despoluindo a Política: um olhar alternativo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

_____ Ecologia e Cidadania. São Paulo : Moderna, 1998.

MORIN, EDGAR, KERN, ANNE BRIGITTE. Terre-Patrie. Paris : Seuil, 1993.

_____ Complexidade e transdisciplinaridade: *a reforma da universidade e do ensino fundamental*. Natal : EDUFRN, 1999.

REIGOTA, MARCOS. A Floresta e a Escola: *por educação pós-moderna*. São Paulo: Cortez, 1995

_____ O que é Educação Ambiental. São Paulo : Brasiliense, 1994.

SAVIANI, DEMERVAL. Escola e Democracia: *polêmicas do nosso tempo*. São Paulo : Autores Associados, 1995

UNESC. *Educação para um futuro sustentável: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas*. in.: *Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: educação e conscientização pública para a sustentabilidade*. Brasília : IBAMA, 1999